

POLÍTICA E ESTRATÉGIA DE GÉNERO DA UNISCED



PREÂMBULO

O artigo 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a alínea e) do artigo 11 e os artigos 35 e 36 da Constituição da República de Moçambique prevêm a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres perante a lei. Assim, para a promoção de deveres e direitos iguais no âmbito sócio-político, cultural, humano e económico, no país, surge a necessidade de se desenvolver consciências de combate à discriminação baseada no género, entre os cidadãos.

Com a presente Política, a Universidade Aberta ISCED (UnISCED) pretende estabelecer os critérios que serão usados na implementação de tais ideais por forma a promover a igualdade e equidade de género na instituição.

Esta Política surge como contributo da UnISCED para a promoção da equidade de género não só na instituição mas também no país, à luz do quadro jurídico legal em vigor na República de Moçambique e da Declaração Universal dos Direitos Humanos e consubstancia-se pelos princípios estabelecidos nos artigos abaixo.



CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1

(Definições)

No âmbito da presente Política, entende-se por:

- a) **Gênero** Um elemento constitutivo das relações sociais, culturais e históricas, baseadas nas diferenças percebidas entre ambos os sexos;
- b) **Igualdade de género-** O gozo, em iguais condições, de direitos e oportunidades para todos os géneros, sem nenhuma discriminação baseada no sexo;
- c) Equidade de gênero- O reconhecimento das diferenças existentes entre indivíduos, devendo dar-se-lhes tratamento diferenciado para eliminar ou reduzir desigualdades existentes entre eles;
- d) **Justiça de género-** O conjunto de esforços que consistem na criação de condições, oportunidades, direitos e deveres nos quais homens e mulheres são tratadas de forma igual, fazendo com que a sociedade seja mais justa e mais igualitária;
- e) Assédio- Qualquer tipo de conduta individual ou colectiva que cause constrangimento sexual, psicológico ou físico à outra pessoa, afetando a sua paz, dignidade e liberdade;
- f) Descriminação- Toda e qualquer acção baseada em preconceitos sobre uma determinada pessoa ou grupo/os de pessoas.

ARTIGO 2

(Objecto)

A presente política tem como objecto a instituição dos princípios, regras, normas, mecanismos e procedimentos que regem a promoção da igualdade e equidade de género na UnISCED.

ARTIGO 3

(Âmbito de aplicação)

A presente política aplica-se a todos os colaboradores, estudantes e utentes da UnISCED.



CAPÍTULO II

VISÃO, MISSÃO E OBJECTIVOS

ARTIGO 4

(Visão)

A visão da presente política é ser uma referência na promoção e defesa da justiça da igualdade e equidade de género na UnISCED.

ARTIGO 5

(Missão)

A presente política tem como missão promover atitudes, comportamentos, valores e práticas que incentivem a equidade e igualdade de direitos, deveres e oportunidades, tanto para homens como para mulheres na UnISCED.

ARTIGO 6

(Objectivos)

Os objectivos da presente política são os seguintes:

- 1. Promover a igualdade e equidade de género em todos os níveis organizacionais da UnISCED;
- 2. Promover uma cultura organizacional que encoraje e apoie a integração da igualdade e equidade de género na liderança e gestão da instituição;
- 3. Reforçar uma cultura institucional de trabalho e liderança sem descriminação de género;
- 4. Promover a justiça, a igualdade, a equidade, a meritocracia e a não descriminação na admissão de estudantes e colaboradores, na progressão e promoção na carreira, nos salários e na atribuição de bolsas de estudo, entre outras.



CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A presente política guia-se por princípios que estão intimamente ligados e consagrados nos instrumentos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, de igualdade e equidade de género, previstos neste capítulo.

ARTIGO 7

(Princípio da igualdade de direitos e deveres)

- 1. A UnISCED adopta o princípio da igualdade de direitos e deveres como forma de combater qualquer tipo de discriminação que possa ser observada dentro da instituição;
- 2. Na UnISCED, todos gozam de deveres e direitos iguais, sem descriminação em termos de género.

ARTIGO 8

(Princípio da equidade de género)

A UnISCED compromete-se a desenvolver actividades, cursos, programas académicos, entre outras que, na sua natureza e implementação, permitam que homens e mulheres tenham a oportunidade de contribuir, de igual forma, em todas as esferas da vida sócio-económica, política e cultural do país, tendo em consideração a sua natureza, suas situações e características.

ARTIGO 9

(Princípio da dignidade)

- 1. A UnISCED considera que o tratamento com dignidade constitui um direito inalienável para todos os géneros;
- 2. A UnISCED irá abraçar todo tipo de iniciativas, práticas e acções que promovam o bemestar do ser humano tanto dentro como fora da instituição;
- A UnISCED desencoraja, condena e sanciona todo tipo de assédio e abuso baseado no género no local de trabalho ou fora deste, praticado pelos seus colaboradores, estudantes e utentes;
- 4. A UnISCED compromete-se a criar um ambiente de trabalho e de estudos que seja seguro e livre de violência, incluindo a violência do gênero.

ARTIGO 10



(Princípio da participação)

A UnISCED encoraja a participação de todos os membros da sua Comunidade Universitária, independentemente do seu sexo, cor, raça, religião, origem, cor partidária, condição social e profissional, entre outras, como forma de promover maior integração e participação nas actividades desenvolvidas dentro da instituição.

ARTIGO 11

(Princípio da igualdade de oportunidades)

A UnISCED garante a igualdade e equidade de género tanto no acesso a oportunidades, como na contratação de colaboradores, na provisão de bolsas de estudo, na mudança e promoção na carreira, entre outros.

CAPÍTULO IV

PILARES ESTRATÉGICOS

ARTIGO 12

(Governação)

Na área de governação, a UnISCED implementa as seguintes acções:

- a) Assegurar a equidade e equilíbrio do género nos cargos de Direcção, Chefia e Confiança;
- b) Garantir que os interesses e necessidades de homens e mulheres sejam tomados em consideração nos processos de planificação, construção e gestão de infra-estruturas institucionais;
- c) Garantir que haja capacitações constantes em matéria de género na instituição.

ARTIGO 13

(Concursos e admissões)

Na área de concursos e admissões a UnISCED desenvolve as seguintes acções:

- a) Assegurar a igualdade e equidade de género nos processos de selecção, ingresso, admissão, atribuição de bolsas de estudos, entre outros;
- b) Privilegiar a igualdade e equidade de género nos editais de mobilidade de estudantes, docentes e membros do Corpo Técnico Administrativo;

ARTIGO 14



(Ensino, pesquisa e extensão)

Na área de ensino, pesquisa e extensão, a UnISCED desenvolve as seguintes acções:

- a) Assegurar a criação de oportunidades iguais de aprendizagem tanto para mulheres como para homens;
- Assegurar um equilíbrio equitativo na retenção de estudantes e garantir a conclusão, com sucesso, de mulheres e homens em todos os cursos, de modo a eliminar o desequilíbrio de género no país;
- c) Criar condições para que o equilíbrio e equidade de género sejam reflectidos na atribuição de oportunidades e fundos para o desenvolvimento de actividades de ensino, pesquisa e extensão e de outros projectos académicos;
- d) Garantir que o equilíbrio de género seja reflectido na formação de grupos de pesquisa e extensão;
- e) Assegurar uma participação activa e equitativa de género em projectos de pesquisa e extensão;
- f) Assegurar a protecção da integridade física e psicológica de todos nos processos de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão, entre outros;
- g) Garantir a existência de condições internas para a denúncia e responsabilização de infractores em casos de assédio e abuso sexual na instituição.

ARTIGO 15

(Saúde sexual e reprodutiva)

Em matérias de saúde sexual e reprodutiva, a UnISCED realiza as seguintes acções:

- a) Criação de condições de apoio psicossocial e aconselhamento sobre saúde sexual e reprodutiva;
- b) Divulgação de informações sobre saúde sexual e direitos sexuais e reprodutivos;
- c) Reforço de medidas institucionais de educação sexual bem como de prevenção de outras doenças relacionadas com a saúde sexual.

CAPÍTULO V

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

ARTIGO 16

(Compromissos estratégicos de implementação)



Para a implementação da presente Política, a UnISCED compromete-se a realizar as seguintes acções:

- a) Estabelecer e implementar critérios de apresentação e recepção de reclamações e queixas contra situações de discriminação baseada no género e no combate de situações de assédio sexual na instituição;
- b) Tratar de forma equitativa, e sem descriminação, todos os processos ligados com o recrutamento e selecção de candidatos que tenham interesse em estudar ou trabalhar na UnISCED;
- c) Criar medidas concretas para promover a participação equitativa de estudantes e colaboradores de ambos os sexos nos processos de tomada de decisão;
- d) Implementar medidas de combate ao uso de linguagem e comportamentos
- e) Promover formações e campanhas de sensibilização sobre o género e implementar mecanismos de monitoria de implementação da política de gênero na instituição;
- f) Promover iniciativas equitativas de mobilidade, pesquisas, formações, entre outras, dentro
 e fora do país, para colaboradores e estudantes da UnISCED, independentemente do seu
 gênero e sexo;
- g) Promover a igualdade de oportunidades no acesso a promoções e mudanças de carreiras no seio dos colaboradores;
- h) Incentivar, a nível institucional, o desenvolvimento de estudos sobre gênero, assegurando a participação equitativa de todos;
- i) Criar condições materiais e financeiras para a implementação dos compromissos associados aos princípios previstos na presente política;
- j) Estabelecer um sistema de monitoria e avaliação da implementação da presente política;
- k) Estabelecer parcerias com outras instituições da sociedade civil para fortalecer a promoção da igualdade de gênero.

CAPÍTULO VI

(DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS) ARTIGO 17

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se verificarem na implementação e interpretação da presente Política serão esclarecidas através de um despacho exarado pelo Magnífico Reitor da UnISCED.



Artigo 18

(Revisões e emendas)

A presente Política será revista mediante a proposta de uma maioria simples dos membros do Conselho de Gestão da UnISCED ou por decisão do Reitor da UnISCED.

Artigo 19

(Entrada em vigor)

A presente Política entrar em vigor na data da publicação.

Aprovado pela V Sessão Ordinária do Conselho Universitário da UnISCED

Beira, de 12 e 13 de Dezembro de 2024.

O Presidente

(Dr. Roberto Felimone)

***APED HOLDINGS, SA**

